

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

AVISO N.º CENTRO - 64 - 2016 - 13

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

11.2

Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas.....	4
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura	4
3. Entidade beneficiária	5
4. Área geográfica de aplicação.....	5
5. Condições de acesso deste Aviso.....	5
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas.....	5
7. Critérios de seleção das candidaturas.....	6
8. Limite ao número de candidaturas	7
9. Taxas de financiamento	7
10. Forma e limites dos apoios.....	7
11. Documentação adicional	7
12. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	7
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	8
14. Aceitação da decisão	9
15. Pedido de reprogramação e regime de financiamento	9
16. Dotação indicativa do fundo a conceder.....	11
17. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar	11
18. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações.....	11
19. Divulgação de resultados e pontos de contacto	11
20. Outras disposições.....	12
Anexo A – Avaliação de Mérito	13
Anexo B – Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas	16

Preâmbulo

No atual quadro de incentivo à competitividade regional no âmbito de todo o espaço da União Europeia, existe uma manifesta necessidade de assegurar a afirmação das suas múltiplas regiões, bem como dos seus agentes mais qualificados e eficientes, nomeadamente daqueles que estão empenhados num trabalho conjunto e com impacto social alargado. Isso é particularmente relevante numa região como o Centro de Portugal onde se considera que são ainda incipientes as experiências e os projetos intermunicipais, bem como as redes e as parcerias com escala e capacidade suficientes de alavancagem e sustentabilidade.

Por outro lado verifica-se um enorme interesse e relevância em capacitar os atores e as redes locais e sub-regionais para ações de desenvolvimento territorial, designadamente para a conceção, programação, dinamização, execução, coordenação e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais, bem como em apoiar projetos inovadores e iniciativas com capacidade demonstradora da eficácia do planeamento participativo por objetivos. Isso é ainda mais destacado nos territórios muito repartidos por interesses locais e com muitas resistências em participar em experiências de trabalho coletivo, em agregar agentes de natureza pública e privada e muito carentes de financiamento.

Sucede que foram criadas e estão em funcionamento desde os anteriores períodos de programação diversas redes de cooperação intersectorial e inter-regional, das quais tem sido possível extrair ensinamentos e aproveitar sinergias muito significativas. Isso é sobretudo evidente nos domínios empresarial, tecnológico ou municipal, onde a existência de parceiros internacionais teve um papel destacado. Nem sempre porém tem sido possível articular e sobretudo obter ganhos de escala a nível de toda a região Centro da experiência do funcionamento dessas redes, designadamente porque esse não era o seu propósito inicial, apesar de agora poder ser amplamente justificado.

Daí que o levantamento dessas experiências de trabalho e sobretudo a avaliação dos seus resultados, nomeadamente em termos de os mesmos poderem ser alargados a novos parceiros, constitui um exercício a que se atribui especial interesse e que uma entidade, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro poderá ter mais facilidade que qualquer outra na região em desenvolver com êxito. Por outro lado, importa ainda continuar a criar as condições adequadas à concretização de projetos e iniciativas de internacionalização dos agentes regionais, e bem assim em estabelecer e/ou reforçar as parcerias inter-regionais e internacionais que as sustentam.

Assim e tendo em vista alcançar o Objetivo Específico de “Reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação

estratégica” inscrito no PO CENTRO 2020, deliberou a Autoridade de Gestão lançar o presente convite para a apresentação de uma candidatura para a Articulação Regional de Redes de Cooperação Estratégica e Promoção Internacional à CCDRC.

O presente Aviso de concurso foi elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso tem como objetivo reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica.

A prioridade de investimento (PI) visada é a 11ii “Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local” incluída no Objetivo Temático 11 – “Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública”, do eixo 8 – “Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais” do PO Centro2020, a apoiar com recurso ao Fundo Social Europeu (FSE).

O objetivo específico prosseguido visa “Reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica”, sendo a tipologia de intervenção a apoiar a “capacitação institucional nas parcerias territoriais”.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

O presente aviso diz respeito às seguintes Tipologias de Operações previstas no Programa Operacional Regional do Centro, a saber:

- Reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais, orientada para resultados alinhados com a estratégia regional de desenvolvimento, assumindo como prioritárias as relações transfronteiriças, lusofonia, o espaço atlântico e países emergentes, incluindo opções seletivas de “geminação regional”;

- Capacitação da CCDRC cujo papel é determinante na afirmação da estratégia de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial;
- Fortalecimento de cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede, através da construção de mecanismos de articulação a nível regional e sub-regional;
- Reforço da capacitação institucional das entidades públicas ou prosseguindo fins públicos.

O financiamento destas tipologias assumirá a modalidade de convite.

3. Entidade beneficiária

A entidade beneficiária do presente convite é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro(CCDRC), no enquadramento previsto no âmbito da PI 11ii, do Programa Operacional Regional do Centro.

No âmbito do presente aviso poderá a candidatura adotar a figura de candidatura em parceria, tal como previsto nas disposições do artigo 7º na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 242/2015, de 13 de agosto, que estabelece as normas comuns sobre o FSE, assumindo obrigatoriamente a CCDRC a qualidade de líder da parceria.

4. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso de concurso tem aplicação na região NUT II do Centro.

5. Condições de acesso deste Aviso

Os beneficiários devem cumprir os critérios de elegibilidade previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e ter em atenção os impedimentos e condicionantes constantes do artigo 14.º do mesmo diploma.

No caso da candidatura ser apresentada em parceria todas as entidades que a constituam encontram-se igualmente abrangidas pelas disposições do parágrafo anterior.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Sem prejuízo do estabelecido na regulamentação comunitária aplicável e na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são elegíveis a cofinanciamento as seguintes despesas:

a) No termos do número 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são elegíveis as despesas efetivamente realizadas e pagas entre os 60 dias úteis anteriores à data da apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação;

b) As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias:

- i. Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica e consultoria, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para a operação;
- ii. Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial dos resultados da operação;
- iii. Despesas com a organização e participação em conferências, seminários e workshops;
- iv. Despesas com a promoção e divulgação da operação, que não poderão representar mais de 5% das demais despesas elegíveis da operação;
- v. Despesas com pessoal técnico do beneficiário dedicado às atividades da operação, que não poderão representar mais de 15% das demais despesas elegíveis da operação;
- vi. Outras ações imateriais tais como: estudos, diagnósticos, planos de desenvolvimento organizacional, modelos metodológicos, relatórios, ações de sensibilização, participação em atividades de organizações europeias.

Para além das despesas não elegíveis previstas nos números 12 a 14 do artigo 15.º do Decreto - Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, não são ainda apoiadas no âmbito do FSE as despesas enunciadas no artigo 17.º da já referida Portaria 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

A duração da presente operação, a apoiar ao abrigo do presente aviso, não pode ultrapassar a duração máxima de 36 meses, nos termos definidos no artigo 3.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

7. Critérios de seleção das candidaturas

A operação é avaliada com base no seu mérito absoluto nos termos previstos no Anexo A, em que o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de

cada um dos critérios de seleção, aprovados no Comité de Acompanhamento do Centro2020, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5 de acordo com a grelha de Avaliação constante do Anexo A.

Neste âmbito, é estabelecido que se o projeto obtiver uma classificação final inferior a 3, não será objeto de financiamento.

8. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso de concurso apenas pode ser apresentada uma candidatura.

9. Taxas de financiamento

A taxa de cofinanciamento a aplicar é de 85% de contribuição europeia através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pela entidade beneficiária, nos termos do n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

10. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir à candidatura a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, também designada por custos reais.

11. Documentação adicional

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- Memória descritiva que fundamente a candidatura;
- Documento demonstrativo dos métodos de cálculo que sustente o montante financeiro solicitado;
- Documentos necessários para o apuramento do mérito da operação.

12. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado

por Balcão 2020, devendo ser instruída de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos definidos no presente aviso.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A apresentação da candidatura decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 30 de novembro de 2016.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade, através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário e dos eventuais parceiros, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Centro2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes do anexo B;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos, em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre a candidatura é proferida pela autoridade de gestão do Centro2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e de acordo com os demais prazos e procedimentos nele definidos, constantes do esquema do anexo B.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura

prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

O candidato é ouvido no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de dez dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data de notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos. Nos termos do n.º 3 do art.º 121º do Código do Procedimento Administrativo a realização desta audiência prévia suspende a contagem do prazo fixado de 60 dias úteis para a adoção da decisão.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação previsto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do seu artigo 11.º.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

15. Pedido de reprogramação e regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura plurianual aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- d) Comunicação do início da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma

única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de 600.000€ (seiscentos mil euros).

17. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

Prosseguindo a orientação para resultados, é objeto de contratualização e monitorização o contributo para os seguintes indicadores:

Indicadores	
Indicadores de Resultado	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
Indicadores de Realização	Projetos de promoção e capacitação institucional e do Desenvolvimento regional apoiados

18. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada, devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do CENTRO 2020, do PORTUGAL 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e na Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), os candidatos, têm acesso:

- A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- A pontos de contato para obter informações adicionais;
- Aos resultados deste concurso.

20. Outras disposições

Ao presente aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nas Portarias n.º 60-A/2015, na sua atual redação e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, de 17 de dezembro.

09 de novembro de 2016

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Centro

Ana Abrunhosa

Anexo A – Avaliação de Mérito

No presente âmbito, a metodologia de cálculo para seleção dos projetos é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{MP: } 0,5 A + 0,5 B \quad \text{em que:}$$

A. QUALIDADE DO PROJETO

O presente critério pretende avaliar se os objetivos e as ações são adequados à estratégia e necessidades identificadas pela entidade e aos seus destinatários sendo, para o efeito, utilizados os seguintes subcritérios:

- A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade
- A2 - Adequação da operação aos objetivos e metas
- A3 - Capacidade técnica e financeira
- A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria

Em que:

$$A = 0,3 A1 + 0,3 A2 + 0,3 A3 + 0,1 A4$$

Subcritério A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade

Pretende-se avaliar a adequação da operação aos objetivos do promotor ou rede de atores, com vista à promoção do desenvolvimento territorial, e colmatar das necessidades identificadas, a qualidade do diagnóstico efetuado e a coerência com a abordagem proposta.

Subcritério A2 – Adequação da operação aos objetivos e metas

Pretende-se avaliar a adequação das ações constantes da operação para a concretização dos objetivos e metas fixadas. Neste parâmetro será analisada a pertinência e exequibilidade das metas assumidas, a coerência face aos objetivos e a razoabilidade orçamental da operação.

Subcritério A3 - Capacidade técnica e financeira

Pretende-se avaliar a capacidade técnica e financeira do promotor e a sua adequação com os objetivos traçados, sendo a capacidade técnica aferida pelas competências acumuladas pela

entidade na gestão de redes e de parcerias, pela qualidade da equipa técnica a capacitar e pelo *track record* em projetos de incidência temática, e a capacidade financeira pela demonstração da capacidade para executar o projeto de acordo com o plano financeiro.

Subcritério A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria

Pretende-se avaliar a adequação do modelo de governação da rede a capacitar, considerando a clareza na identificação dos objetivos e âmbito de intervenção da rede e na delimitação das intervenções entre a rede e as intervenções individuais.

B. Impacto da Operação

Pretende-se avaliar os impactos nos resultados do PO e nas agendas regionais, bem como na capacitação de atores e de redes de atores, com especial ênfase na gestão de redes e de parcerias, promovendo assim a atuação integrada e coordenada, com os seguintes subcritérios:

- B1 - Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO;
- B2 – Contributo para as agendas prioritárias regionais;
- B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais.

Em que:

$$B = 0,4 B1 + 0,4 B2 + 0,2 B3$$

Subcritério B1 – Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO

Pretende-se avaliar o contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO avaliado em função da relevância da operação para a concretização dos referidos indicadores.

Subcritério B2 – Contributo para as agendas prioritárias regionais

Pretende-se avaliar o impacto das operações no âmbito das diferentes agendas prioritárias regionais, tendo igualmente em consideração o contributo nos diferentes Domínios Temáticos.

Subcritério B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais

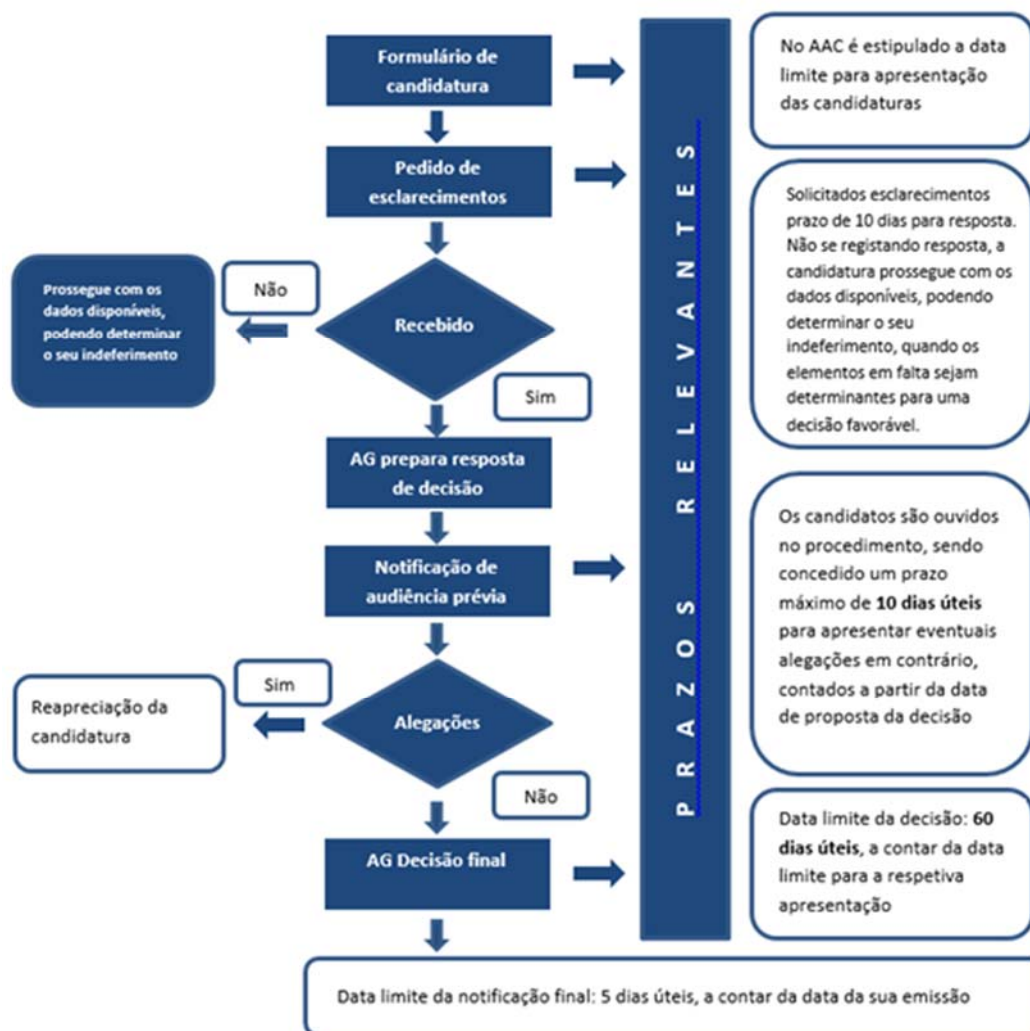
Pretende-se avaliar o contributo do projeto para o aproveitamento de sinergias avaliado quer pelo impacto aumentado dos efeitos decorrentes da articulação em rede e de uma gestão eficaz

dessa rede, quer pelas poupanças estimadas (economia de escala) resultantes da maior racionalidade de uma intervenção articulada face a intervenções individuais.

OPERACIONALIZAÇÃO DA GRELHA DE MÉRITO DO PROJECTO

A. Qualidade do Projeto	Fraco	Médio	Forte	50%
A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade				30%
Diagnóstico: Identificação clara das necessidades diagnosticadas	1	3	5	
Objectivos: Claramente identificados e consistentes com o diagnóstico	1	3	5	
A2 - Adequação da operação aos objetivos e metas				30%
Actividades: Claramente identificadas, estruturadas e articuladas (cronograma) e são adequadas à prossecução dos objetivos	1	3	5	
Tipologias de Custos: As despesas da operação são adequadas à tipologia e coerentes com as actividades programadas	1	3	5	
A3 - Capacidade técnica e financeira				30%
É claramente demonstrada a sustentabilidade financeira e operacional dos resultados após a conclusão da operação	1	3	5	
É evidenciada a existência de uma equipa de projecto com responsabilidades e competências próprias na execução da operação, quer ao nível da coordenação global, quer ao nível da gestão e implementação das actividades	1	3	5	
A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria				10%
Adequação das parcerias estabelecidas pelos beneficiários	1	3	5	
B. Impacto da Operação	Fraco	Médio	Forte	50%
B1 - Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO				40%
Os resultados da operação e de cada actividade estão claramente identificados	1	3	5	
B2 - Contributo para as agendas prioritárias regionais				40%
Grau de alinhamento da intervenção com as agendas prioritárias regionais e/ou com os Domínios Prioritários da RIS 3 do Centro	1	3	5	
B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais				20%
Potencial de demonstração e disseminação de resultados	1	3	5	
TOTAL				100%

Anexo B – Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.